

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	48.440.533,91	51.166.878,34	58.083.590,95	63.078.408,02
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.544.049,92	6.989.329,09	8.023.592,22	8.523.617,79
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.235.558,52	2.104.725,94	2.504.019,52	2.642.247,91
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	907.295,26	824.281,58	922.927,51	1.122.247,91
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	1.328.263,26	1.280.444,36	1.581.092,01	1.520.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.909.762,65	566.622,70	2.248.935,04	4.327.866,86
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.482.094,65	537.663,02	2.228.672,61	4.327.866,86
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	168.728,77	345.760,10	729.173,13	827.866,86
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	3.313.365,88	191.902,92	1.499.499,48	3.500.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	427.668,00	28.959,68	20.262,43	-
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.443,98	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	474.051,09	397.443,47	441.304,21	189.580,36
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.594.090,65	39.832.769,58	43.517.709,22	45.951.673,36
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	681.577,10	1.275.987,56	1.348.030,74	1.443.421,74
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	629.207,10	1.095.465,78	1.293.070,62	1.403.421,74
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	52.370,00	180.521,78	54.960,12	40.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.282.528,24	3.452.333,33	4.496.692,91	3.317.011,80
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	470.543,10	1.036.094,52	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	53.459,06	29.478,24	43.152,70	541.341,80
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.190.469,18	2.952.311,99	3.417.445,69	2.775.670,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	38.600,00	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	3.141.485,81	4.704.552,94	5.924.047,71	6.030.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.520.331,73)	(4.980.396,33)	(5.793.841,61)	(6.771.100,96)
	TOTAL DA RECEITA	51.344.216,23	54.343.368,28	62.710.489,96	65.654.318,86

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	39.701.824,48	43.593.511,07	47.867.838,88	53.429.010,00
3.1.0.0.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.886.982,79	30.264.967,44	33.318.960,72	37.861.940,00
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal Próprio	23.461.977,24	26.397.502,57	28.980.213,90	32.361.940,00
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	3.425.005,55	3.867.464,87	4.338.746,82	5.500.000,00
3.2.0.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.092,90	33.467,30	221.530,51	360.000,00
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	44.092,90	33.467,30	221.530,51	360.000,00
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-
3.3.0.0.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.770.748,79	13.295.076,33	14.327.347,65	15.207.070,00
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.665.770,07	13.199.794,56	14.193.826,90	15.007.070,00
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	104.978,72	95.281,77	133.520,75	200.000,00
4.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.730.081,78	7.766.400,50	7.212.546,99	6.121.200,00
4.4.0.0.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.089.179,36	6.826.503,82	5.597.776,16	4.827.200,00
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos	4.089.179,36	6.826.106,82	5.588.061,16	4.827.200,00
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	397,00	9.715,00	-
4.5.0.0.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	22.500,00	50.000,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	-	-	22.500,00	50.000,00
4.6.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	640.902,42	939.896,68	1.592.270,83	1.244.000,00
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	714.108,86
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	5.390.000,00
	TOTAL DA DESPESA	44.431.906,26	51.359.911,57	55.080.385,87	65.654.318,86
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2012	2013	2014	2015
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	51.344.216,23	54.343.368,28	62.710.489,96	65.654.318,86
	Rendimento de Aplicações Financeiras	3.482.094,65	537.663,02	2.228.672,61	4.327.866,86
	Receita de Operações de Crédito	-	470.543,10	1.036.094,52	-
	Receita de Alienação de Bens	53.459,06	29.478,24	43.152,70	541.341,80
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos	-	-	-	-
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	44.431.906,26	51.359.911,57	55.080.385,87	65.654.318,86
	Juros e Encargos da Dívida	44.092,90	33.467,30	221.530,51	360.000,00
	Amortização da Dívida	640.902,42	939.896,68	1.592.270,83	1.244.000,00
	Concessão de Empréstimos	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Contabilidade

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I.P.C.A)	5,91%	6,41%	9,04%	5,48%	4,77%	4,73%
VARIAÇÃO DO PIB	2,30%	0,10%	-1,49%	0,51%	1,76%	2,23%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,66%	3,68%	4,59%	3,95%	4,07%	4,21%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	-4,10%	1,25%	-1,41%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	17,86%	8,29%	-1,32%	8,28%	5,08%	4,01%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	3,70%	2,74%	-1,96%	1,49%	0,76%	0,10%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	3,09%	0,00%	0,00%	3,02%	3,00%	3,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	58,73%	-24,51%	-21,32%	4,30%	-13,84%	-10,28%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	7,25%	10,95%	13,68%	13,31%	11,23%	10,44%
PIB / RS (em R\$. milhões)	310458	363244	375094	412762	452125	486531

atualizado em 03/07/2015

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir, exceto para alienação de bens que é estimada com base no planejamento para elevar leilões ou não:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.AREARRETRIBUT.	CRESC. REC.TRANSFERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P.M	X	X				
Recata de Contribuições - R.P.P.S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - P.M	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P.M	X	X				
Outras Receitas Correntes - R.P.P.S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIADOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	X		X		
Pessoal do R.P.P.S	X	X		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					X
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos RPPS	X				X	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					X

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	2.478.164,11	3.299.440,72	2.000.000,00	1.849.109,02	(177.330,88)	(2.779.883,48)
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	7.389.035,38	7.905.222,56	-	5.098.085,98	4.334.436,18	3.144.174,05
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	2.000.000,00	(3.248.976,96)	(4.511.767,06)	(5.924.057,54)
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	2.000.000,00	(3.248.976,96)	(4.511.767,06)	(5.924.057,54)
(6) Resultado Nominal	-	-	2.000.000,00	(5.248.976,96)	(1.262.790,10)	(1.412.290,47)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	2.013		2.014		2.015		2.016		2.017		2.018	
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
2.1 - Operações de Crédito	470.543,10	1.036.094,52	-	1.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 - Encargos	33.467,30	221.530,51	360.000,00	430.269,80	360.000,00	430.269,80	501.417,79	579.958,94	501.417,79	579.958,94	579.958,94	579.958,94
2.3 - Amortizações	939.896,68	1.592.270,83	1.244.000,00	1.486.821,19	1.244.000,00	1.486.821,19	1.732.677,05	2.004.080,32	1.732.677,05	2.004.080,32	2.004.080,32	2.004.080,32
Fonte: Divisão de Contabilidade												

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)	(b)	x 100	(a)	(b)	x 100	(c)	(c)	x 100
Receita Total	72.203.842	68.452.638	0,017%	76.333.022	69.072.534	0,017%	82.213.253	71.033.574	0,017%
Receitas Primárias (I)	66.118.808	62.683.739	0,016%	71.528.913	64.725.373	0,016%	77.181.412	66.685.982	0,016%
Despesa Total	72.203.842	68.452.638	0,017%	76.333.022	69.072.534	0,017%	82.213.253	71.033.574	0,017%
Despesas Primárias (II)	70.286.751	66.635.145	0,017%	74.098.927	67.050.937	0,016%	79.629.214	68.800.922	0,016%
Resultado Primário (I – II)	(4.167.943)	(3.951.406)	-0,001%	(2.570.014)	(2.325.565)	-0,001%	(2.447.802)	(2.114.940)	-0,001%
Resultado Nominal	(5.248.977)	(4.976.277)	-0,001%	(1.262.790)	(1.142.679)	0,000%	(1.412.290)	(1.220.242)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	1.849.109	1.753.042	0,000%	(177.331)	(160.464)	0,000%	(2.779.883)	(2.401.864)	-0,001%
Dívida Consolidada Líquida	(3.248.977)	(3.080.183)	-0,001%	(4.511.767)	(4.082.626)	-0,001%	(5.924.058)	(5.118.481)	-0,001%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Divisão de Contabilidade.

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2012, 2013 e 2014) e os valores reestimados para o exercício atual (2015), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento real das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,51%, 1,76% e 2,23% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,48%, 4,17% e 4,73%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 03/07/2015.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 03/07/2015.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2015, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2016, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 72.203.842 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 4.565.033,97), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 1.500.000,00), das Aliações de Bens (R\$ 20.000,00) e como não há previsão de receitas resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos, chegamos a uma Receita Primária de R\$ 66.118.808,00.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 72.203.842,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 430.269,80, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 9,3 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 1.486.821,19, tem-se que as despesas primárias para 2016 foram previstas em R\$ 70.286.751,00.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2016 que foi inicialmente prevista em R\$ (4.167.943,00), que em virtude de ser negativa, entendemos necessária a contenção de despesas primárias para o próximo exercício, para que ocorra a preservação do equilíbrio nas contas públicas. No entanto, na Lei Orçamentária Anual, a meta poderá ser alterada, para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, § 1º, da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	11.938.452	11.318.214	0,003%	12.766.566	11.552.262	0,003%	13.649.647	11.793.515	0,003%
Receitas Primárias RPPS (I)	8.246.652	7.818.214	0,002%	8.898.667	8.052.262	0,002%	9.598.797	8.293.515	0,002%
Despesa Total RPPS	11.938.452	11.318.214	0,003%	12.766.566	11.552.262	0,003%	13.649.647	11.793.515	0,003%
Despesas Primárias RPPS (II)	11.938.452	11.318.214	0,003%	12.766.566	11.552.262	0,003%	13.649.647	11.793.515	0,003%
Resultado Primário RPPS (I - II)	(3.691.800)	(3.500.000)	-0,001%	(3.867.899)	(3.500.000)	-0,001%	(4.050.850)	(3.500.000)	-0,001%

Fonte: Divisão de Contabilidade, com base em dados fornecidos pela Diretoria Executiva do RPPS.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
EXERCÍCIO DE 2016

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	60.265.390	57.134.424	0,015%	63.566.456	57.520.272	0,014%	68.563.606	59.240.059	0,014%
Receitas Primárias (I)	57.872.156	54.865.525	0,014%	62.630.246	56.673.111	0,014%	67.582.615	58.392.467	0,014%
Despesa Total	60.265.390	57.134.424	0,015%	63.566.456	57.520.272	0,014%	68.563.606	59.240.059	0,014%
Despesas Primárias (II)	58.348.299	55.316.931	0,014%	61.332.361	55.498.675	0,014%	65.979.567	57.007.408	0,014%
Resultado Primário (I – II)	(476.143)	(451.406)	0,000%	1.297.885	1.174.435	0,000%	1.603.049	1.385.060	0,000%

Fonte: Divisão de Contabilidade.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	II-Metas Realizadas em	% PIB	Variação	
	2014 (a)		2014 (b)		Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	56.130.055	0,015%	62.710.490	0,017%	6.580.435	11,72%
Receita Primárias (I)	54.892.070	0,015%	59.402.570	0,016%	4.510.500	8,22%
Despesa Total	56.130.055	0,015%	55.080.386	0,015%	(1.049.669)	-1,87%
Despesa Primárias (II)	55.063.525	0,015%	53.266.585	0,015%	(1.796.940)	-3,26%
Resultado Primário (I-II)	(179.171)	0,000%	6.135.986	0,002%	6.315.157	3524,65%
Resultado Nominal	(2.038.880)	-0,001%	(580.927)	0,000%	1.457.953	-71,51%
Dívida Pública Consolidada	733.250	0,000%	3.299.441	0,001%	2.566.191	349,97%
Dívida Consolidada Líquida	(2.038.880)	-0,001%	(4.605.782)	-0,001%	(2.566.902)	125,90%

FONTE: Divisão de Contabilidade

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2014), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2014 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 6.135.986,00, valor superior à meta estabelecida, que era de R\$ (179.171,00). O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	54.343.368	62.710.490	15,40%	65.654.319	4,69%	72.203.842	9,98%	76.333.022	5,72%	82.213.253	7,70%
Receitas Primárias (I)	53.305.684	59.402.570	11,44%	60.785.110	2,33%	66.118.808	8,77%	71.528.913	8,18%	77.181.412	7,90%
Despesa Total	51.359.912	55.080.386	7,24%	65.654.319	19,20%	72.203.842	9,98%	76.333.022	5,72%	82.213.253	7,70%
Despesas Primárias (II)	50.386.548	53.266.585	5,72%	64.050.319	20,24%	70.286.751	9,74%	74.098.927	5,42%	79.629.214	7,46%
Resultado Primário (I – II)	2.919.136	6.135.986	110,20%	(3.265.209)	-153,21%	(4.167.943)	27,65%	(2.570.014)	-38,34%	(2.447.802)	-4,76%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	(5.248.977)	0	(1.262.790)	-75,94%	(1.412.290)	11,84%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	1.849.109	0	(177.331)	-109,59%	(2.779.883)	1467,63%
Dívida Consolidada Líquida	-	(2.038.880)	0	-	-100,00%	(3.248.977)	0	(4.511.767)	38,87%	(5.924.058)	31,30%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	63.054.319	68.379.518	8,45%	65.654.319	-3,99%	68.452.638	4,26%	69.072.534	0,91%	71.033.574	2,84%
Receitas Primárias (I)	61.850.299	64.772.562	4,72%	60.785.110	-6,16%	62.683.739	3,12%	64.725.373	3,26%	66.685.982	3,03%
Despesa Total	59.592.630	60.059.663	0,78%	65.654.319	9,32%	68.452.638	4,26%	69.072.534	0,91%	71.033.574	2,84%
Despesas Primárias (II)	58.463.241	58.081.884	-0,65%	64.050.319	10,28%	66.635.145	4,04%	67.050.937	0,62%	68.800.922	2,61%
Resultado Primário (I – II)	3.387.058	6.690.679	97,54%	(3.265.209)	-148,80%	(3.951.406)	21,02%	(2.325.565)	-41,15%	(2.114.940)	-9,06%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(4.976.277)	-	(1.142.679)	-77,04%	(1.220.242)	6,79%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	1.753.042	-	(160.464)	-109,15%	(2.401.864)	1396,83%
Dívida Consolidada Líquida	-	(2.223.195)	-	-	-100,00%	(3.080.183)	-	(4.082.626)	32,54%	(5.118.481)	25,37%

Fonte: Divisão de Contabilidade

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2016), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015), bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	46.329.260,49	98,17%	39.822.325,94	85,96%	34.274.951,10	86,07%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	862.837,67	1,83%	6.506.934,55	14,04%	5.547.374,84	13,93%
TOTAL	47.192.098,16	100,00%	46.329.260,49	100,00%	39.822.325,94	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	2.454.729,03	28,70%	10.708.684,27	436,25%	8.333.996,84	77,82%
Reservas	193.000,00	2,26%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	5.904.412,88	69,04%	(8.253.955,24)	-336,25%	2.374.687,43	22,18%
TOTAL	8.552.141,91	100,00%	2.454.729,03	100,00%	10.708.684,27	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	48.783.989,52	87,51%	50.531.010,21	103,58%	42.608.947,94	84,32%
Reservas	193.000,00	0,35%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	6.767.250,55	12,14%	(1.747.020,69)	-3,58%	7.922.062,27	15,68%
TOTAL	55.744.240,07	100,00%	48.783.989,52	100,00%	50.531.010,21	100,00%

Fonte: Divisão de Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, está sobre a gestão do Instituto de Previdência do Servidor do Município de Três Passos, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012			
RECEITAS DE CAPITAL	43.152,70	29.478,24	53.459,06
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	43.152,70	29.478,24	53.459,06
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	43.152,70	29.478,24	53.459,06
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	43.152,70	29.478,24	53.459,06
DESPESAS EXECUTADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	7.212.546,99	7.766.400,50	4.730.081,78
Investimentos	5.597.776,16	6.826.503,82	4.089.179,36
Inversões Financeiras	22.500,00	-	-
Amortização da Dívida	1.592.270,83	939.896,68	640.902,42
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	7.212.546,99	7.766.400,50	4.730.081,78
SALDO FINANCEIRO			
	(19.582.939,27)	(12.413.544,98)	(4.676.622,72)

Fonte: Divisão de Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	4.694.117,13	1.652.869,06	3.135.551,61
RECEITAS CORRENTES	4.694.117,13	1.652.869,06	3.135.551,61
Receita de Contribuições dos Segurados	1.328.263,26	1.280.444,36	1.581.092,01
Pessoal Civil	1.328.263,26	1.280.444,36	1.581.092,01
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	3.313.365,88	191.902,92	1.499.499,48
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	52.487,99	180.521,78	54.960,12
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	52.370,00	180.521,78	54.959,91
Outras Receitas Correntes	117,99		0,21
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.141.485,81	4.704.543,94	5.924.047,71
RECEITAS CORRENTES	3.141.485,81	4.704.543,94	5.924.047,71
Receita de Contribuições	3.141.485,81	4.685.105,23	5.862.235,11
Patronal	1.598.276,41	1.837.623,25	2.299.414,49
Pessoal Civil	1.598.276,41	1.837.623,25	2.299.414,49
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	1.543.209,40	2.390.990,58	3.106.329,22
Regime de Débitos e Parcelamentos		456.491,40	456.491,40
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes		19.438,71	61.812,60
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	7.835.602,94	6.357.413,00	9.059.599,32
DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.529.984,27	3.963.143,64	4.481.982,57
ADMINISTRAÇÃO	104.978,72	95.678,77	143.235,75
Despesas Correntes	104.978,72	95.281,77	133.520,75
Despesas de Capital		397,00	9.715,00
PREVIDÊNCIA	3.425.005,55	3.867.464,87	4.338.746,82
Pessoal Civil	3.425.005,55	3.867.464,87	4.338.746,82
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	3.529.984,27	3.963.143,64	4.481.982,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.305.618,67	2.394.269,36	4.577.616,75
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	191.122,58	203.438,32	212.066,38
Plano Financeiro	191.122,58	203.438,32	212.066,38
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	191.122,58	203.438,32	212.066,38
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Fonte: IPSTP

O demonstrativo RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2014.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2012				18.872.716,67
2013	5.423.423,98	3.971.361,60	1.452.062,38	20.324.779,05
2014	8.160.014,43	4.629.508,50	3.530.505,93	23.855.284,98
2015	10.138.342,24	4.916.682,67	5.221.659,57	29.076.944,55
2016	10.580.281,33	5.007.986,80	5.572.294,53	34.649.239,08
2017	11.124.786,79	5.366.326,87	5.758.459,92	40.407.699,00
2018	11.637.457,96	5.576.528,53	6.060.929,44	46.468.628,43
2019	12.262.922,04	6.097.354,48	6.165.567,56	52.634.195,99
2020	12.882.694,24	6.573.353,74	6.309.340,50	58.943.536,49
2021	13.462.854,88	6.883.564,73	6.579.290,14	65.522.826,64
2022	14.094.791,02	7.307.305,76	6.787.485,26	72.310.311,90
2023	14.761.435,69	7.799.966,88	6.961.468,81	79.271.780,71
2024	15.004.318,83	8.208.102,00	6.796.216,83	86.067.997,54
2025	15.634.733,46	8.639.693,22	6.995.040,23	93.063.037,78
2026	16.253.648,49	8.971.142,81	7.282.505,68	100.345.543,46
2027	16.909.320,90	9.374.114,56	7.535.206,34	107.880.749,80
2028	17.650.353,81	10.051.273,36	7.599.080,45	115.479.830,25
2029	18.350.392,08	10.542.424,47	7.807.967,61	123.287.797,86
2030	19.040.743,84	10.937.903,48	8.102.840,36	131.390.638,22
2031	19.735.448,46	11.273.136,26	8.462.312,19	139.852.950,42
2032	19.908.484,16	11.785.544,36	8.122.939,80	147.975.890,22
2033	20.631.844,38	12.324.249,62	8.307.594,75	156.283.484,98
2034	21.368.761,17	12.866.364,32	8.502.396,86	164.785.881,83
2035	22.059.273,60	13.108.913,84	8.950.356,79	173.736.241,59
2036	22.766.114,97	13.289.489,10	9.476.625,87	183.212.867,46
2037	23.595.971,35	13.917.900,29	9.678.071,07	192.890.938,52
2038	24.432.324,87	14.508.873,21	9.923.451,66	202.814.390,18
2039	24.462.054,71	14.644.653,74	9.817.400,97	212.631.791,15
2040	25.245.662,64	14.999.406,87	10.246.255,77	222.878.046,92
2041	26.152.842,03	15.993.235,06	10.159.606,97	233.037.653,89
2042	27.083.802,70	17.166.887,19	9.916.915,51	242.954.569,40
2043	27.869.283,82	17.454.187,47	10.415.096,35	253.369.665,75
2044	28.719.234,44	17.958.257,41	10.760.977,03	264.130.642,78
2045	28.654.424,90	18.317.440,31	10.336.984,59	274.467.627,37
2046	23.183.596,63	18.645.110,98	4.538.485,65	279.006.113,02
2047	23.566.704,93	19.073.958,68	4.492.746,25	283.498.859,27
2048	23.946.622,23	19.488.832,03	4.457.790,20	287.956.649,47
2049	24.315.358,63	19.803.228,82	4.512.129,81	292.468.779,28
2050	23.692.983,88	20.328.268,57	3.364.715,30	295.833.494,59
2051	23.993.541,41	20.865.796,60	3.127.744,80	298.961.239,40
2052	24.281.529,97	21.416.206,25	2.865.323,71	301.826.563,12
2053	24.542.144,39	21.713.653,56	2.828.490,83	304.655.053,95
2054	23.701.027,31	21.945.001,47	1.756.025,84	306.411.079,79
2055	23.882.293,00	22.242.448,78	1.639.844,22	308.050.924,01
2056	24.057.650,45	22.506.846,38	1.550.804,06	309.601.728,08
2057	24.228.743,02	22.771.243,99	1.457.499,03	311.059.227,11
2058	24.395.329,91	23.035.641,60	1.359.688,31	312.418.915,42
2059	24.557.156,08	23.300.039,21	1.257.116,87	313.676.032,29
2060	24.713.951,39	23.564.436,82	1.149.514,57	314.825.546,86
2061	24.865.429,71	23.828.834,42	1.036.595,29	315.862.142,15
2062	25.011.287,99	24.093.232,03	918.055,96	316.780.198,11
2063	25.151.205,18	24.357.629,64	793.575,54	317.573.773,65
2064	25.284.841,22	24.588.977,55	695.863,67	318.269.637,32
2065	25.413.818,84	24.853.375,16	560.443,69	318.830.081,00
2066	25.535.892,43	25.084.723,06	451.169,37	319.281.250,37
2067	25.652.647,82	25.349.120,67	303.527,15	319.584.777,52
2068	25.761.800,27	25.580.468,58	181.331,69	319.766.109,21
2069	25.864.894,16	25.778.766,78	86.127,38	319.852.236,59
2070	25.963.566,79	26.010.114,69	(46.547,90)	319.805.688,69
2071	26.055.587,98	26.241.462,60	(185.874,62)	319.619.814,07
2072	26.140.576,95	26.439.760,80	(299.183,85)	319.320.630,22
2073	26.220.113,35	26.638.059,01	(417.945,66)	318.902.684,56
2074	26.293.888,87	26.869.406,92	(575.518,05)	318.327.166,51
2075	26.359.593,98	27.034.655,42	(675.061,44)	317.652.105,07

2076	26.420.729,79	27.266.003,33	(845.273,54)	316.806.831,53
2077	26.473.075,82	27.431.251,83	(958.176,01)	315.848.655,52
2078	26.520.090,59	27.629.550,04	(1.109.459,46)	314.739.196,07
2079	26.559.491,42	27.827.848,25	(1.268.356,83)	313.470.839,24
2080	26.590.841,96	27.993.096,75	(1.402.254,79)	312.068.584,45
2081	26.615.662,96	28.158.345,26	(1.542.682,30)	310.525.902,15
2082	26.633.583,69	28.356.643,46	(1.723.059,77)	308.802.842,38
2083	26.642.228,52	28.521.897,97	(1.879.663,45)	306.923.172,93
2084	26.643.045,52	28.687.140,47	(2.044.094,95)	304.879.077,98
2085	26.635.586,99	28.885.438,68	(2.249.851,69)	302.629.226,29
2086	26.617.395,68	29.017.637,48	(2.400.241,81)	300.228.984,49
2087	26.591.816,15	29.182.885,99	(2.591.069,83)	297.637.914,65

Fonte: Os dados demonstrados acima são referentes ao cálculo de 2014, pois o cálculo atuarial de 2015 ainda não foi entregue devido a alterações do MPAS, conforme informações da Diretoria Executiva do RPPS.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU*		Contribuintes	350.000,00	366.695,00	384.039,67	Vide Obsevação
IPTU*		Imóveis Públicos	560.000,00	586.712,00	614.463,48	
ISS*		Contribuintes	1.500,00	1.571,55	1.645,88	
Taxas de Lixo*		Imóveis Públicos	45.000,00	47.146,50	49.376,53	
Taxas de Expediente*		Imóveis Públicos	3.500,00	3.666,95	3.840,40	
TOTAL			960.000,00	1.005.792,00	1.053.365,96	-

Fonte: Divisão de Contabilidade

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal.

Obs: 2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram calculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2017: 4,77%

Inflação para 2018: 4,73%

* Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal, sendo relativos a descontos a serem concedidos sobre o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Para incentivo de antecipação de pagamento ou em cota única aos contribuintes que cumprem com suas obrigações fiscais junto ao município, ou ainda de forma parcela, que será previsto em Lei Municipal específica, cujo projeto ainda será encaminhado ao Legislativo para vigência em 2016; além de prever valores inscritos em condições previstas na Lei Complementar nº 01/1991 (CTM) ou demais legislação específica, de incentivo à indústria e comércio, clubes e sociedades (valores previstos a menor no orçamento).

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	1.676.944,22
Decorrente de Receitas Tributárias	752.502,70
Decorrente de Transferências Correntes	924.441,52
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(34.532,61)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.642.411,60
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.642.411,60
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	2.682.753,23
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	2.682.753,23
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Divisão de Contabilidade.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2016 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	50.000,00
Outros Passivos Contingentes	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	825.000,00
Restituição de Tributos a Maior	25.000,00		
Discrepância de Projeções:	250.000,00		
Outros Riscos Fiscais	50.000,00		
SUBTOTAL	825.000,00	SUBTOTAL	825.000,00
TOTAL	975.000,00	TOTAL	975.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
ANEXO IV
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2016			
			ATÉ EXERCÍCIO ANTERIOR - 2014	NO EXERCÍCIO DE 2015	A EXECUTAR EM 2016	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS	
Conservação e Manutenção de Rodovias	jan-16					R\$ 85.000,00	R\$ 250.000,00		
Construção Complexo Educacional e Esportivo	mar-15	R\$ 3.430.752,95		41,14%	58,86%	R\$ 2.430.752,00			
Asfaltamento Av. Farroupilha	jan-16	R\$ 770.000,00		54,55%	45,45%	R\$ 350.000,00			
Construção Academias Terceira Idade	jan-16	R\$ 100.000,00			100,00%			R\$ 100.000,00	
Sinalização de Rodovias							R\$ 20.000,00		
Manutenção Praças e Parques Municipais							R\$ 70.000,00		
Manutenção das Sedes Municipais							R\$ 50.000,00		
Conservação Unidades de Saúde							R\$ 70.000,00		
Conservação de Escolas							R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	
Reforma Ginásio Municipal	jun-16	R\$ 180.000,00					R\$ 180.000,00		
Total dos Recursos a Priorizar							R\$ 2.780.752,00	R\$ 525.000,00	R\$ 550.000,00

Fonte: Secretaria de Planejamento.